

# VIAGEM RUMO À ASSEMBLEIA DO MFA DE 11 DE MARÇO DE 1975

## 2.ª Parte

Cerca das 11h50m de 11 de Março de 1975, uma força de pára-quedistas, apoiada por aviões e helicópteros da Força Aérea, atacava o RAL1, vindo a provocar 1 morto e 14 feridos. A breve trecho, a intervenção, no terreno, de alguns elementos do MFA à civil levou à suspensão do ataque. Seguidamente, na presença de uma equipa de televisão da RTP que, rapidamente, apareceu no local da refrega, encetaram-se, nos terrenos adjacentes ao quartel, negociações entre os dois comandantes.

Entretanto, na periferia do RAL1, o ajuntamento de populares afectos aos partidos de esquerda lograra desmobilizar a maior parte das praças pára-quedistas, levando-as a marchar pacificamente ao encontro dos camaradas que, pouco antes, haviam atacado. Seguiu-se uma emocionada cena de reconciliação, com troca de abraços e lançamento de palavras de ordem. Perante este panorama, não restou ao contingente pára-quedista outra solução que não fosse o regresso a Tancos, assumindo, sem rodeios, o fracasso do golpe. Ao princípio da tarde, o próprio general Spínola reconhecia a derrota e fazia-se transportar, de helicóptero, para a vizinha Espanha.

Cerca das 20 horas desse dia 11 de Março de 1975, um grupo de militares – oficiais do QP e milicianos – dirigiu-se ao Palácio de Belém, onde decorria uma reunião do Conselho dos Vinte, e ali sugeriu (ou impôs, como afirma Vasco Lourenço<sup>1</sup>), em termos seguramente dramáticos, debater com o dito Conselho a situação decorrente do golpe. Para evitar esta modalidade, impraticável no espaço disponível, o Presidente Costa Gomes acabaria por convocar uma reunião da Assembleia do MFA para o anfiteatro do Instituto de Defesa Nacional, a qual teria o seu início cerca das 23.50.

A obra *A noite que mudou a revolução de Abril – A Assembleia Militar de 11 de Março de 1975* – que referi na 1.ª parte deste trabalho, constitui um eloquente registo do ambiente frenético em que iria decorrer a reunião. É sobre esse registo que farei as considerações seguintes.

Existindo do antecedente uma Assembleia do MFA, com uma representação que cobria todo o território nacional, esta Assembleia não podia ser, efectivamente, representativa do MFA. Mas, no calor resultante dos acontecimentos daquele dia, ninguém se atreveu a negar a sua realização, com receio de logo passar para o rol dos reaccionários e inimigos do povo. Assim, a Assembleia funcionou com um conjunto de militares da região da Grande Lisboa e de Santarém, espelhando muito bem a realidade que ia marcando a revolução, toda ela muito centrada na área da capital e sem grande atenção ao país como um todo. A questionável composição desta Assembleia *ad hoc* está bem denunciada na gravação das intervenções, designadamente através de uma observação feita pelo capitão Salgueiro Maia. A propósito da discussão que estava em curso sobre os militares implicados no golpe e que deveriam vir a ser detidos, referiu então aquele oficial:

Até à confirmação correcta de toda a gente que aqui está dentro, eu só concebo que isto seja numa assembleia mais restrita, dentro de absoluta segurança, em que nós conhecemos quem são [os participantes], porque eu aqui vejo gente que não conheço de lado nenhum. (p. 167)

Nas muitas intervenções de elementos maioritariamente identificáveis com a Esquerda Militar<sup>2</sup>, que denunciaram um certo imobilismo do MFA perante as ameaças que se concretizaram em 11 de Março, preconizam-se medidas e decisões para cuja concretização os proponentes parecem não se aperceber de que exigem uma perfeição impossível de alcançar. O patente descontrolo emocional e a incapacidade para adiantar soluções exequíveis denotam a dimensão do susto e sintomas somente explicáveis pelo abalo causado por uma forte sensação de insegurança. Tal como no caso da política ultramarina do Estado Novo, não há o reconhecimento de que inexistem, na necessária quantidade, os MEIOS, principalmente os meios humanos, capazes de implementar a política pretendida, num quadro de liberdade e de democracia. (pp. 132-143)

Afirma-se que grande número de oficiais do QP são ‘reaccionários’, propõem-se prisões e saneamentos, não havendo a percepção de que, tratando-se de um número muito elevado, não é

---

<sup>1</sup> CRUZEIRO, M.ª Manuela, *Vasco Lourenço – Do Interior da Revolução*, p. 378.

<sup>2</sup> Designarei por “Esquerda Militar” o conjunto de militares que se reviam na fórmula revolucionária dirigida por Vasco Gonçalves e identificada ideologicamente com os textos do boletim *Movimento* produzidos pela 5.ª Divisão do MFA.

possível a sua completa neutralização. Todos os militares que tivessem demonstrado discordâncias sobre o andamento da revolução tornavam-se automaticamente reaccionários e suspeitos de conspiração. As denúncias não poupam, até, militares que participaram activamente no 25 de Abril e muito menos os que, não tendo participado, hão-de demonstrar a sua fidelidade à democracia (caso de Ramalho Eanes). O próprio Mário Soares aparece citado como suspeito de conivência com os golpistas. O tenente-coronel Costa Braz, ministro da Administração Interna e presente na assembleia, é impiedosamente atacado pelo coronel Varela Gomes (p. 62), o qual o acusa de negligência, por causa da participação no golpe de elementos da PSP e da GNR.

A agressividade contra Costa Braz é um dos momentos de maior sectarismo e cegueira política ocorridos durante a assembleia, agravado pela circunstância de ser a figura do ministro inteiramente respeitável e de toda a confiança democrática. Já depois da intervenção de Varela Gomes, o relato da assembleia regista mais as seguintes trocas de palavras:

Capitão Nuno Santos Silva – Eu peço imensa desculpa mas não consigo aceitar que estando aqui pessoal altamente responsável por sectores que se revelou (sic) trair o movimento, não tenha nada a dizer a esta assembleia.

Outra voz – Não tem nada a dizer, vá-se embora!

Cap. Nuno Santos Silva – Eu considero que esta abstenção é para não resolver os problemas e nós não estamos aqui para isto. O problema tem que ficar resolvido hoje quanto ao apuramento de responsabilidades.

A intervenção era tão absurdamente contundente e desrespeitosa que o Presidente Costa Gomes se viu da necessidade de intervir prontamente:

Eu recomendo calma a esta Assembleia, porque não é aos berros, nem com excitações, que poderemos sair daqui clarificados. Não sou advogado de defesa de ninguém mas devo dizer que o senhor ministro da Administração Interna não tem a responsabilidade que pretendem atribuir-lhe no estado da GNR e da PSP.

Esta intervenção de Costa Gomes é bastante longa (pp. 64-66), procurando destacar a situação de desânimo que, desde 25 de Abril, afecta as forças de segurança, sublinhando o facto de não ter havido jovens voluntários para ingressar nos dois corpos. No seguimento das palavras do Presidente da República, entra em cena o primeiro-tenente da Marinha Luís Paiva de Andrade, que faz questão de colocar a tónica ideológica no debate, afirmando sem rodeios:

O inimigo não são os militares reaccionários que se fizeram à aventura. Eles são lacaios do verdadeiro inimigo. O verdadeiro inimigo deste país é o capital. É o capital que nos tenta atacar e se não tomarmos medidas muito concretas contra eles, não tenho dúvidas que daqui a um mês ou dois meses, estamos todos mortos porque eles não perdoam. Eles não perdoam como nós temos perdoado até agora (p. 66).

Esta intervenção de Paiva de Andrade reproduz, com extrema fidelidade, o pensamento e o discurso que se há-de repetir, vezes sem conta, até aos estertores de Novembro, sempre com o efeito de estreitar, cada vez mais, a base vanguardista da revolução.

Também no que aos partidos políticos existentes dizia respeito, se perfilaram opiniões denotadoras de preferências e da tentação de ingerência – como se isso fosse aceitável num país que Abril tornara LIVRE. Neste aspecto, vale a pena recordar uma parte da intervenção do comandante Costa Correia:

Temos agora que aproveitar para mostrar a cumplicidade do general Spínola no processo dentro da linha que há bocadinho apontei. A indecisão política do MFA: o MFA, através do seu

jogo político interno, terá que acabar por definir uma linha política central. Na minha opinião, ela deverá inserir-se entre o PS, um PS que não é bem este, e o PCP. Esta parece-nos ser a linha política central, em torno da qual as pessoas estarão, mais ou menos, todas de acordo. [...] Teremos de passar a um método de trabalho de um centralismo democrático, não leninista.” (p. 136)

Este “mais ou menos todas de acordo” é um exemplo do grau de percepção que existia em relação ao sentimento dominante no país real.

A pouco e pouco iam-se acumulando argumentos e teorias que apontavam para um condicionamento da Liberdade, nada condizente com as esperanças da madrugada de 25 de Abril. Felizmente que ainda haveria de prevalecer o bom senso de confirmar a realização de eleições, sendo bastante curiosa a forma como o próprio comandante Costa Correia acaba por as justificar:

“... o nosso povo não é reaccionário. Há instabilidade e dúvidas internas quanto a ditaduras militares e isto leva, naturalmente, à obrigatoriedade da realização das eleições.” (p. 134)

A ‘obrigatoriedade’ denuncia, de forma curiosa, o receio de os portugueses “não estarem mais ou menos todos de acordo” e a natural convicção da incompatibilidade entre revolução e eleições, entre Vanguarda e Liberdade. Por outro lado, não se revela qualquer preocupação sobre a correlação das forças em competição. O longo período das campanhas africanas, contra um inimigo não-convencional, parece ter feito esquecer a militares profissionais os princípios do cálculo do Potencial Relativo de Combate. Em vez de seguirem o critério de só atacar com a superioridade de, pelo menos, 3 para 1, sentiam-se animados a fazê-lo com menos de 1 para 3, convencidos de que a vitória não escaparia.

Com o ânimo abalado pelo susto e pelo medo, não admira que tenham surgido, de vários intervenientes, propostas de fuzilamento dos implicados, felizmente arredadas por um sentimento dominante de bom senso. A este propósito, registe-se a seguinte intervenção do almirante Rosa Coutinho:

Os senhores acham-se no direito de aqui, numa assembleia em que estamos todos, evidentemente, com boa vontade e com o desejo de não deixar perder a vitória, de se armarem em acusadores e julgadores? [...] Acho que não estamos a raciocinar assim muito correctamente. Quer dizer, o ser acusador e julgador e só falta, enfim, meter uma espingarda na mão para dar o tiro, parece-me pouco digno, enfim, da nossa formação militar. (p. 179)

Tratava-se de um oportuno ‘puxão-de-orelhas’, muito bem aplicado por um militar mais maduro.

Noutra fase do debate, quando se abordou a questão do sistema de informações e o conhecimento que tinha da iminência de uma acção militar dos revoltosos, o almirante Rosa Coutinho entendeu estabelecer uma relação directa entre as motivações do golpe e a prevista institucionalização do MFA. A certa altura da sua intervenção, Rosa Coutinho afirmou:

A detecção do ELP, por minha recomendação, foi mantida, digamos, quente, com a intenção de vir a detectar através dele quando é que as [ditas] Forças Armadas pretendiam fazer o seu golpe. Pelas últimas decisões tomadas pelo MFA, especialmente quanto à institucionalização, não restou dúvida de que esse golpe seria para breve. Seria pelo menos até ao dia 25 de Abril. Quer dizer, conseguimos de certo modo encurralar essas forças porque, ou faziam o seu golpe antes da institucionalização, ou seria tarde (p. 71)

Não parece claro o raciocínio do almirante. O Estado Novo estava institucionalizadíssimo e isso não o livrou do 25 de Abril. Um golpe triunfante resolvia essa questão com toda a facilidade, pelo que a pertinência desta afirmação de Rosa Coutinho não é de avaliação fácil.

De resto, o tema “Institucionalização do MFA” foi diversas vezes aflorado, como se se tratasse da solução de todas as insuficiências da revolução. No contexto histórico da revolução, o assunto é da maior relevância, mas há boas razões para supor que a sua principal razão não era percebida pela esmagadora maioria dos militares do MFA. Mas não era só a principal razão que se não descortinava. A sensação que dominava era a do mais completo desconhecimento do significado do termo e, num plano mais prático, de como essa institucionalização iria transformar-se numa vantagem para o MFA. É, ainda, Rosa Coutinho quem, perante os solavancos da assembleia, procura pôr alguma ordem neste tema:

Ora bem, como parece que há dúvidas a este respeito, vamos lá pô-las claramente, que eu assim não me entendo. Portanto, a Assembleia que delegou propriamente ou indicou a necessidade de conversações com os partidos antes da institucionalização não está a ser considerada válida.<sup>3</sup> O Conselho dos Vinte parece também que levanta muitas dúvidas. Então vamos lá a falar claramente. O que é que vocês consideram institucionalização? Porque dizer só “Institucionalização, já” não chega. Confesso que é preciso ser um bocadinho mais claro. (p. 210)

Era um atestado de inépcia colectiva. O “professor” de ocasião, cansado de tão fracos alunos, só pedia que fossem “um bocadinho mais claros”. Mas podem citar-se outros exemplos da estreiteza de conhecimentos políticos de alguns dos militares, o que não os impedia de serem dos mais intervenientes no debate. A certa altura, o moderador do debate, capitão Vasco Lourenço, apresentava algumas linhas de uma proposta para a constituição do Conselho da Revolução (CR), que fora apresentada, na véspera do golpe, no Conselho dos Vinte. Segundo essa proposta, as competências do CR deveriam incluir todas aquelas que, na altura, estavam atribuídas ao Conselho de Estado, à Junta de Salvação Nacional e ao Conselho dos Chefes de Estado-Maior. Perante esta explicação, seguiu-se um diálogo revelador:

Capitão Cabral Silva – Está precisamente ultrapassada. Isso foi feito ontem, precisamente um dia antes de hoje. Pois, a perspectiva parece estar completamente mudada para este Conselho Revolucionário. Não se podem limitar neste momento às competências do Conselho de Estado, das que estavam previstas para a Junta, etc.

Capitão Vasco Lourenço – Não, das que tem a Junta actualmente, pá? O que é que lhes queres dar mais? Só se lhes deres poderes executivos, ó Cabral Silva. Mais que isto...poderes que tem a Junta, que tem o Conselho de Estado e que tem o Conselho de Chefes dos Estados-Maiors, só se lhes deres os poderes que tem o Governo, pá! Não vais arranjar mais em lado nenhum.

Capitão Cabral Silva – Pois, se calhar é isso. (pp. 212-213.)

Era “isso”, seguramente. Estas confissões de incertezas eram já o resultado de um cansaço, físico e mental, que impedia um discernimento límpido. Mas era, igualmente, a confissão de uma enorme impreparação para passar do *golpe-de-Estado-seguido-de-eleições-livres* a uma revolução que nunca estivera nos desígnios do MFA.

Mas também se registaram outras intervenções que, sendo de problemática exequibilidade, eram mais elaboradas ideologicamente e de mais nítidas intenções no tocante às eleições. Tomando a palavra, já na parte final da assembleia, afirmaria o comandante Martins Guerreiro:

Sobre esta questão das eleições, eu parece-me que, no que diz respeito à opção política do Movimento, que tem havido uma certa indefinição política, talvez porque os próprios não têm tido uma certa homogeneidade e portanto tem havido uma certa indefinição política. E daí então, o grande granel, dizendo que o Movimento é meu, que o Movimento é apartidário, que é

---

<sup>3</sup> Rosa Coutinho referia-se à Assembleia do MFA que existia à data do golpe de 11 de Março.

não sei [quê], estabelecendo-se aqui uma confusão dos diabos e a certa altura, a partir daí, assistiu-se aí à tal ideia “a política do marxismo”. Ora, o Movimento, a partir de hoje, tem muito claramente de fazer a sua opção política e é isto que se explica ao Povo e é isto que se explica ao País durante a Campanha Eleitoral e nas suas campanhas de dinamização cultural. E o Povo, depois, opta por aqueles partidos que alinham na opção política do MFA. Opção política essa que pode seguir a via socializante, mas que tem de ser uma opção claramente socialista, não pode haver dúvidas sobre isso.

(*Fortes aplausos*) (pp. 220-221)

Admitia-se, assim, que, numas eleições alegadamente livres, *o Povo teria de optar* por uma determinada linha política.

A ideia de tentar uma revolução exigia uma preparação política que estava presente em reduzida quantidade e que, por conseguinte, pouco melhor se expressava do que através de um discurso voluntarista. No ardor do debate, nem por momentos aflora a hipótese de ser o rumo da revolução que está a pôr em causa os desígnios dos capitães ao arrancarem para o 25 de Abril. Tão-pouco se apercebem os mais entusiastas da revolução que, ao hostilizarem os próprios camaradas do MFA, os estão a “alistar” na “resistência” ou “contra-revolução”, que não tardará.

Em *A noite que mudou a revolução de Abril – A Assembleia Militar de 11 de Março de 1975* encontram-se registadas diversas intervenções relativamente às quais não foi possível a identificação dos autores. Quando assim sucedeu, a obra faz apenas a referência “VOZ”, do que resulta que, provavelmente, poderá indicar mais do que um militar – ou não! No seu conteúdo, nota-se uma infinidade de infantilidades, de sectarismo e de impreparação política, que explicam como tanta aparente combatividade irá soçobrar em Novembro.

Todavia, algumas horas depois de terminada a assembleia, a luta tinha de continuar. Elementos da Esquerda Militar consideravam que haveria condições para concretizar alguns dos votos formulados às primeiras horas desse dia e não perderam tempo a tentar a sua concretização. No preâmbulo que Vasco Lourenço assina na obra em questão, recorda este militar de Abril o sucedido na noite 12 de Março:

Estava o Conselho dos Vinte reunido em Belém, analisando as medidas aprovadas na Assembleia realizada há algumas horas, quando o Franco Charais chega junto de mim e me diz: “Acabei de saber que a 5.ª Divisão, com o Varela Gomes à frente, convocou uma reunião onde se está a discutir os elementos a propor para o Conselho da Revolução. Estão propostos praticamente só os membros da 5.ª Divisão, sendo que o Varela Gomes está proposto para substituir o Carlos Fabião, como Chefe do Estado-Maior do Exército. Isto só se resolve se você lá for...!”

Informei de imediato os membros do Conselho do que se passava e afirmei: “Vou para lá, darei notícias”.

[...]

Encontrei em discussão a proposta de que o Charais me falara, foi uma reunião bastante dramática – nalguns aspectos mais dramática do que a anterior – terminou com o abandono da sala do Varela Gomes e com os presentes a manifestarem-me confiança e a dar-me poder para que fosse a Comissão Coordenadora a escolher os membros do Conselho da Revolução. (pp. 28-29)

Mas é uma travagem momentânea. A esquadra da 5.ª Divisão não desiste da exploração do sucesso e antecipa a estopada das eleições do mês seguinte, com aquelas características do partidarismo próprio dos regimes burgueses. Assim, o n.º 13 de *Movimento*, de 25 de Março, além do registo dos acontecimentos de 11 de Março, publica o artigo “Alienação Partidária”, que, a certo passo, afirmava:

Vivíamos num país onde se instalara a alienação. Vivemos num país que ainda não se libertou dessa enfermidade sociológica.

À sua manifestação ao nível dos agrupamentos políticos chamamos alienação partidária: a qual consiste em sobrepor os interesses partidários aos interesses colectivos do Povo Português; em adoptar modelos que são estrangeiros à realidade nacional, em desenvolver uma linha de actuação partidária que jogue cegamente no divisionismo e no ataque aos fundamentos da democracia implantada em 25 de Abril.

Tratava-se, obviamente, de um ataque aos partidos políticos que apostavam numa democracia idêntica à dos principais países da Europa Ocidental. Parecia que os autores deste escrito não se davam conta de como a sua argumentação se assemelhava à de Salazar, quando o ditador tecia considerações sobre a instabilidade da I República e a inadequação da democracia para o nosso povo. Para muitos portugueses, este tipo de argumentação parecia ser a apologia de um partido único, genuinamente revolucionário e verdadeiramente democrático.

Mas, apesar de tudo, ia haver eleições.

David Martelo – Outubro de 2019